

Os espoliados reclamam justiça

Séc. Jb.

18/7/88

Quer-nos parecer que nunca houve uma altura como esta para os ex-residentes do antigo Ultramar Português espoliados dos seus bens e haveres redobrem de esforços para que lhes seja devolvido o que, pela força, lhes foi tirado.

Temos neste espaço do jornal comentado frequentemente a profunda transformação, em todos os campos, que se tem operado ultimamente nas relações entre Portugal e os cinco países que constituem o grupo PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Na cimeira de Bissau, os chefes de Estado dos «Cinco» afirmaram que essas relações eram francamente positivas. Daí a nossa convicção que é de aproveitar tão auspiciosa situação para encarar seriamente a resolução de um problema que se arrasta penosamente há 14 anos.

Conforme largamente temos noticiado, vai realizar-se em Lisboa o Congresso Nacional dos Espoliados do Ultramar reunindo todas as associações dos atingidos pela instantânea «descolonização» provocada pelo 25 de Abril de 1974.

Entre elas figura a AEMO (Associação dos Espoliados de Moçambique). Dadas as dezenas de milhares de ex-residentes daquela antiga província ultramarina de Portugal que vivem na África do Sul, julgamos oportuno relembrar alguns aspectos que tomaram as espoliações, agora que o caso parece estar a ser considerado seriamente.

A gama de variantes é muito vasta. Cobre ela todas as situações que vão da ocupação selvagem de terras e habitações à confiscação de depósitos bancários, passando pelo saque de todas as propriedades, colégios e clínicas particulares.

Ainda há dias nos foi chamada a atenção para um problema especialmente grave que envolve directamente o Governo de Lisboa: as centenas (ou milhares) de pessoas que, em pânico, correram a conflar às representações diplomáticas e consulares de Portugal em Moçambique avultadas quantias em dinheiro.

Constituíam, para muitos, essa entrega à guarda e protecção do Governo português, o produto de longos anos de trabalho árduo e de sacrifício. Julgamos, sinceramente, que já tenha sido destruído o mito, agora que o tempo fez serenar os ânimos exaltados, que os «colonialis-

tas» amealharam esses bens abanando a tão decantada «árvore das patacas».

Que sucedeu a esses milhões de contos? Trata-se provavelmente de um problema de operações financeiras e de transferências cambiais. Porém, a grande verdade é que foram entregues na moeda portuguesa com curso legal em Moçambique e devem ser restituídos em escudos.

O que é inegável é que Portugal é responsável pelos bens confiados à sua salvaguarda já que, mesmo que na altura já tivesse sido negociada a entrega de Moçambique à Frelimo, o depósito foi feito em território português a autoridades portuguesas, dada a extra-territorialidade de que gozam pelos estatutos internacionais as representações nacionais no estrangeiro.

Pelo menos, teoricamente, o «Estado é uma pessoa de bem». Portanto, não pode enjitar responsabilidades, tanto mais que, neste campo, o Governo de Moçambique está no caso como Pilatos no credo.

É evidente que a palavra «espoliação» é um eufemismo para expressões muito mais violentas que se aplicam geralmente em casos de Polícia. Enquanto que a retenção dos dinheiros entregues à guarda do Governo português pode ser caridosamente encarado como um problema «sui generis», que dizer doutros casos que assumem aspectos realmente patéticos?

Referimo-nos, especialmente, às pensões de reforma e os seguros de vida. Tudo «congelado», naturalmente. Porém, a gravidade destes casos é o pagamento de contribuições ao longo de muitos anos, sabe Deus com que sacrifício, que ninguém tem o direito de reter indefinidamente.

Estes casos tornam-se ainda mais graves quando envolvendo companhias portuguesas, com sede em Portugal. Não serão elas responsáveis pela restituição dos dinheiros que receberam e não lhes pertence?

De tudo isto, resumo de uma situação extremamente séria de que o Governo português tem a totalidade da responsabilidade, ressalta a importância do próximo Congresso dos Espoliados. Os nossos votos são que, pela sua força intrínseca e pela justiça da sua causa, o Congresso Nacional dos Espoliados do Ultramar provoque uma solução que tanto tarda a chegar.

SILVA RAMALHO